



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JEFSON DA COSTA PEREIRA DANTAS

CARACTERIZAÇÃO DE FAMÍLIAS NEGRAS NA COMUNIDADE CAMPONESA
RIBIEIRO, MONTE HOREBE, PARAÍBA

CAJAZEIRAS-PB

2023

JEFSON DA COSTA PEREIRA DANTAS

**CARACTERIZAÇÃO DE FAMÍLIAS NEGRAS NA COMUNIDADE CAMPONESA
RIBIEIRO, MONTE HOREBE, PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras com a finalidade de obtenção do título de Graduado no referido curso.

Orientadora: Profa. Dra Cícera Cecília Esmeraldo Alves
Co-orientadora: Profa. Dra Ivanalda Dantas da Nóbrega

CAJAZEIRAS-PB
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

D192c	<p>Dantas, Jefson Costa Pereira Caracterização de famílias negras na comunidade camponesa Ribeiro, Monte Horebe, Paraíba / Jefson Costa Pereira Dantas. - Cajazeiras, 2023. 37f. : il. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves. Coorientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas da Nóbrega. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1.Comunidade camponesa. 2.População negra- Brasil. 3.Quilombos - história. 4.Famílias negras. 5.Comunidade Ribeiro - Monte Horebe - Município - Paraíba. 6.Camponeses negros. 7.Reconhecimento identitário. 8.Comunidade negra- (Re)existências culturais. 9.Territorialidade. I.Alves,Cícera Cecília Esmeraldo. II. Nóbrega Ivanalda Dantas da. III.Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS (813.1)</p>	CDU – 323.3
-------	---	-------------

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos SaraivaLourenço CRB/15-046

JEFSON DA COSTA PEREIRA DANTAS

**CARACTERIZAÇÃO DE FAMÍLIAS NEGRAS NA COMUNIDADE CAMPONESA
RIBIEIRO, MONTE HOREBE, PARAÍBA**

Aprovada em: 20/07/2023

Banca Examinadora

Professora Dra. Cicera Cecilia Esmeraldo Alves (CFP/UFCG-Orientadora)

Co-orientadora: Profa. Dra Ivanalda Dantas da Nóbrega

Professora Dra. Luciana Medeiros de Araújo (CFP/UFCG-Examinadora Interna)

Professora Dra. Amanda Christinne Medeiros Marques (PPGDH/UFPB-Examinador Externo)

Cajazeiras-PB
2023

Dedico este trabalho a todos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, as professores e colegas de curso e meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, que sempre esteve comigo me guardando, iluminando e abençoando, dando-me saúde e determinação para não parar em meio a dificuldades. Você é meu tudo e em vós sempre confiarei.

Aos meus pais Jose Nilton e Josefa Alice, obrigado por sempre estar comigo, em busca deste sonho que também é de vocês, sempre se fazendo presente em todos os momentos da minha vida. Em especial a Juliana Dantas (in memoria) minha avó meu grande amor de minha vida que partiu antes de me ver formado sei que está feliz por esta conquista te amo.

As minhas irmãs Jéssica, Jeniffer e Jeanne, obrigado por sempre estarem comigo. Aos meus primos Juliana e Ramon obrigado por sempre confiar e acreditar em mim.

Às minhas Orientadora, Profa. Dra. Cícera Cecilia Esmeraldo Alves, agradeço por ter aceitado me orientar, agradeço todas as correções, ensinamentos e conselhos durante a minha trajetória na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo minha Co-orientadora, obrigado por estar comigo durante o curso, no Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), onde fui Bolsista. Obrigado por cada conselho que fez com que eu estivesse aqui hoje não tivesse parado quando queria. Você sempre estará presente em minhas memórias, na minha vida, e na luta do gado.

Aos meus colegas da turma 2017.2 pelos momentos vivemos juntos na briga também em especial a Thamara, Bruna, Ana crista e Eugenia por sempre estarem presente, companhia, e parceiras de estudos. Aos meus amigos Fagner, Marcelo e Klebson, obrigado por tornar nossos dias mais divertidos na UFCG, estarão sempre comigo.

As minhas colegas de curso que integraram a equipe no PIBID, Moema Vieira e Maria Rodrigues, vivemos momentos inesquecíveis, obrigado por suas amizades. A Karina Caldas pela força e ajuda nos momentos mais difíceis. A minha madrinha Wandreila pelo apoio e a força. E a todos que, direta ou indiretamente, ajudaram na construção e realização deste trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

A história das populações negras no Brasil está caracterizada e relacionada a história dos quilombos, os quais remontam a um período de luta e resistência do povo negro que perpetua até os tempos atuais. O objetivo deste trabalho é identificar as (re)existências culturais de uma comunidade de famílias negras, a comunidade Ribeiro, do município de Monte Horebe, situado na Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, Paraíba (PB). A pesquisa foi desenvolvida durante os meses de janeiro a abril de 2023. Através da memória desses moradores conseguimos identificar o momento em que suas identidades passam a serem relacionadas aos conceitos de território, identidade relacionada aos camponeses negros. A pesquisa foi desenvolvida através de visitas à comunidade com observação, entrevista, roteiro de história oral com dez famílias. A referida comunidade não se reconhece como quilombolas e sim como negros. A comunidade Ribeiro passou por muitos momentos de dificuldade e ainda se mantém firme e resistindo, apesar de hoje contar com poucos integrantes, vemos fortemente os traços da luta e resistência das famílias que ainda permanecem na luta por reconhecimento identitário. A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. Para embasamento teórico utilizamos autores como Haesbaert 2004, Schwartz 1994, Almeida 1996. Ao concluir a pesquisa notamos tamanhas são as dificuldades enfrentadas por os remanescentes principalmente do interior onde as políticas para esses povos quase não chegam.

Palavras-chaves: Comunidade Ribeiro; Território; Territorialidade.

ABSTRACT

The history of black populations in Brazil is characterized and related to the history of quilombos, which date back to a period of struggle and resistance by black people that continues to this day. The objective of this work is to identify the cultural (re)existences of a community of black families, the Ribeiro community, in the municipality of Monte Horebe, located in the Immediate Geographical Region of Cajazeiras, Paraíba (PB) The research was carried out during the months of January to April 2023. Through the memory of these residents, we were able to identify the moment when their identities began to be related to the concepts of territory, identity related to black peasants. The research was developed through visits to the community with observation, interview, oral history script with ten families. This community does not recognize itself as quilombolas, but as blacks. The Ribeiro community went through many moments of difficulty and still stands firm and resisting, despite having few members today, we can see strongly the traces of the struggle and resistance of the families that still remain in the struggle for identity recognition. The research is structured in four chapters. For the theoretical basis we used authors such as Haesbaert 2004 Schwartz 1994. Almeida 1996. When co-occluding the research, we noticed the size of the difficulties faced by the remnants, mainly in the interior, where policies for these peoples almost do not reach.

Keywords: Ribeiro Community; Territory; Territoriality; (Re)existence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República

PBQ- Programa Brasil Quilombola

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FIBGE- Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -

AACADE- Associação da comunidade Quilombola de Ribeiro, da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes

CECNEQ/PB- Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Localização do Município de Monte Horebe-PB.
Figura 2	Piramide etária por sexo, segundo os grupos de idade, do município do município de Monte Horebe-PB.

LISTA DE GRAFICOS

Grafico 1	Faixa etária dos entrevistados.
Grafico 2	Renda (Salários Mínimos) dos Entrevistados.
Grafico 3 -	Situação de Composição Familiar.
Grafico 4 -	Tipologia das Residências dos Entrevistados.
Grafico 5 -	Nível de Escolaridade dos Entrevistados
Grafico 6-	Ocupação dos Entrevistados

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Roteiro de entrevista realizada com as pessoas da comunidade
-------------------	--

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE E A COMUNIDADE RIBEIRO: CARACATERIZAÇÃO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	20
3. O TERRITÓRIO, A TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE RIBEIRO E A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA COMO NEGROS.....	26
3.1. Agricultura familiar camponesa e luta pela permanência na terra na comunidade ribeiro	27
CONSIDERAÇÕES	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento de direitos no Brasil, ao longo de toda sua história, é fruto de lutas contínuas da organização dos grupos sociais em prol de suas demandas e interesses. Dentre tantos outros, podemos citar a luta pelo direito a terra camponesa, pelos direitos trabalhistas, de igualdade, à liberdade, gênero, raça e etnia, além da luta contra o preconceito.

Os direitos à liberdade e ao território quando se consolidam, geralmente se constituem mediante lutas, debates e embates constantes, via de regra, políticos e judiciais, nos quais os sujeitos organizados em movimentos sociais, ou outras formas de organização, podem ou não conquistá-los, mas algo os identifica que é a capacidade de permanecerem resistindo. A fuga como expressão da resistência ao escravismo e à opressão materializou-se na história de pessoas negras na formação de territórios de quilombos.

Quilombo foi o termo utilizado pelos escravizados que lutaram, resistiram e fugiram à ordem instituída, demarcando um novo espaço de morada e de vida, assim nomeando suas comunidades. A formação dos primeiros quilombos foi vista como uma das atitudes mais ousadas, rebeldes e de resistência dos povos pretos, escravizados ou ex-escravizados, os quais se manifestaram/am em prol de seus direitos, especialmente a liberdade da opressão e de classe.

O termo ‘quilombo’ se deu inicialmente, no período Senhoriais para identificar a rebeldia dos negros escravizados, refugiados, em áreas longínquas, distantes, dos olhares Senhoriais. E, mais recentemente, aos remanescentes de quilombos, afrodescendentes que vem garantindo após intensas lutas e debates no seio da sociedade o reconhecimento de parcela de seus direitos, sendo intitulados pelo Estado com uma identidade atribuída através das políticas públicas de Governo, via Secretaria Nacional de políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sendo intitulados como povos ‘quilombolas’. Para essa consolidação contamos com um aparato legal, como Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL: 2003); Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007 (BRASIL: 2007a); a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007 (BRASIL: 2007b); Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009 (BRASIL: 2009); e, a Portaria Interministerial 507/2011 (BRASIL: 2011), dentre outras.

No Brasil, as comunidades de quilombos, com o passar do tempo, especialmente, nas últimas duas décadas, conquistaram mediante suas lutas e resistências o reconhecimento de suas identidades, territórios e culturas, tomando o termo ‘quilombo’ como algo que remete imediatamente aos territórios de pretos e à historicidade de luta desses povos escravizados e libertos da opressão pela rebeldia e resistência que lhes são peculiares, ao promoverem o reconhecimento de sua luta e conquista que pudesse ir além do binômio fuga-resistência.

O entendimento acerca da expressão quilombo se dá por meio da compreensão do seu conceito frente aos processos de resistência e luta por parte dos grupos que almejam o direito humano de ocupar lugar no espaço geográfico e societário. O lugar almejado para e pelos negros não era atingir o melhor lugar, por hora, apenas o direito de viver livre com sua família, exercendo atividades que outras pessoas de pele clara exerciam, praticando suas crenças, vivendo sua cultura, suas tradições e costumes. Schwartz (1994) considera que um quilombo com até cem membros deveria ser considerado pequeno. Almeida (1996: p. 11) afirma que a idéia de quilombo constitui-se em um “campo conceitual com uma longa história”. Esse ato de fuga e resistência demarcou por um lado, a desterritorialização de um espaço de opressão, por outro, a reterritorialização em outro espaço de liberdade e de vida, no qual fortaleceram sua identidade mediante a construção de novas territorialidades (HAESBAERT: 2004).

Nesse seguimento, desejamos ampliar o entendimento dessa temática elegendo como objeto de estudo uma realidade local, a Comunidade Ribeiro, situada no município de Monte Horebe-PB com o objetivo de identificar as (re)existências culturais de uma comunidade de famílias negras, a comunidade Ribeiro, do município de Monte Horebe, situado na Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, Paraíba (PB). Traçamos como objetivos específicos trabalhar como se dá a vivencia e chegada da comunidade a cidade, analisando suas lutas resistencias.

Para tal foram realizadas pesquisas, documental, bibliográfica e de campo, com entrevistas com quatro famílias negras da comunidade Ribeiro. Onde contatamos que muitas comunidades ainda não são reconhecidas como quilombolas e apresentam problemas semelhantes com os encontrados na comunidade do Ribeiro. A pesquisa teve início em junho de 2022 e finalizada em julho de 2023. A comunidade reconhecida internamente como negra e externamente por parte da população do município como ‘quilombolas’ não é reconhecida oficialmente como quilombola, sendo assim eles não tem nenhum benefício relacionado ao reconhecimento de direitos humanos desses povos, concedido pelo Estado relacionado às políticas voltadas aos mesmos.

Muitas são as pesquisas acerca das comunidades quilombolas no Brasil, e maiores são as lutas e resistências para o reconhecimento na perspectiva dos Direitos Humanos de territórios quilombolas, assim como as lutas pela permanência nas terras reconhecidas, e pelo direito de permanecer camponês negro. Sendo assim, nos debruçamos sobre alguns pesquisadores de renome na área como: Santos (1985), que faz abordagem acerca de território em uma linguagem na perspectiva da Geografia social mais ampla, o qual contribuirá nessa discussão do objeto pesquisado. Assim como Costa (1997, 1999, 2004), Saquet (2003; 2004), Haesbaert (2004) e

Raffestin (1993), os quais trazem contribuições acerca dos conceitos de território e ajudarão a compreender a problemática existente nos territórios camponeses, de comunidades negras, e de quilombolas no Estado. Moura (1992), O'Dwyer (2002) e Nascimento (2003), entre outros levantarão a questão do conceito de quilombo nas suas diversas configurações, sem perder a características, de território de lutas, resistências e (re)existências. (Re)existências porque lutam por terra, por permanecer na terra, por permanecer camponês e ser reconhecido como negro em meio a sociedade, cujo olhar embranquiçado invisibiliza as diferenças. Assim, para (re)existir se unem e demarcam território e territorialidades próprias.

O interesse em fazer este estudo surge de uma inquietação particular sobre a origem da comunidade Ribeiro, na cidade Monte Horebe-Pb. Muitas são as suposições sobre a sua formação e modo como se instalaram na localidade. É eminente a necessidade de estudar a origem de uma das únicas comunidades negras na cidade. Enquanto pesquisador, observava as suposições se existe de ou não um remanescente quilombola no município de Monte Horebe-Pb. Dessa forma, este estudo pode proporcionar para comunidade local e geral, informações sobre aspectos dessa comunidade que ainda não tinha sido estudada pela academia.

A comunidade camponesa quilombola Ribeiro tem sua formação relacionada às formas de luta e resistência de povos pretos, os quais tem em sua trajetória um histórico de lutas e resistências, as quais culminaram na territorialização da comunidade após movimentos de fuga ou de resistência, consolidando novos territórios, a comunidade Ribeiro.

Considerando que a formação de comunidades negras e, até mesmo de quilombos se dão pelo binômio resistência-fuga, indicamos como hipótese que o processo de ocupação da Comunidade Ribeiro no município de Monte Horebe – PB está relacionada à territorialização e reterritorialização desses povos, assim como do reconhecimento como comunidade camponesa negra, cuja visibilidade contribui para a valorização e o fortalecimento da identidade e da territorialização de pretos nessa comunidade.

No decorrer do processo investigativo, a estratégia metodológica fundamentou-se nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, combinando técnicas como observação participante, entrevistas semi-estruturadas, história oral com pesquisas realizadas individual e coletivamente, este último por meio de grupos focais. Tão relevante quanto às fontes escritas é de fundamental importância à pesquisa *in loco* para obtenção das informações de pesquisa por meio de fontes orais dos relatos das famílias autoidentificadas como negras e, daqueles que ainda resistem em se aceitarem como tal. A análise territorial interpreta a realidade vivida, cujas vozes e visões do mundo são a matéria-prima do trabalho, além de proporcionar uma aproximação entre sujeitos, numa abordagem qualitativa.

Buscamos interpretar a realidade vivida, cujas vozes e visões do mundo são a matéria-prima do trabalho, além de proporcionar uma aproximação entre sujeitos, numa abordagem qualitativa. A presente pesquisa tem como área de estudo o território/comunidade camponesa Ribeiro e se debruça no estudo das dinâmicas territoriais em curso, a partir dessa comunidade. Nela observamos como uma reconfiguração nas relações sociais e de poder é também uma reconfiguração territorial, na qual as famílias, relacionando-se entre si e com outros atores sociais, estão construindo seu território e sua identidade.

Sabendo da complexidade dessas relações, é que se torna necessária à realização de um trabalho de pesquisa em sítios eletrônicos como Portal Scielo, Domínio Público e, Portal Capes, por exemplo, além de bibliotecas públicas de Instituições de Ensino Superior (IES), nos quais se pode encontrar acervo bibliográfico voltados à temática em análise.

O entendimento dessa complexidade que envolve a Geografia Cultural e a Sociologia, dentre outras ciências, exige olhar minucioso acerca de suas diversidades. Quanto aos objetivos da pesquisa pode ser classificada como exploratória que segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como finalidade proporcionar mais informações acerca do tema investigado, possuindo planejamento flexível, a fim de se observar e apreender a realidade vista sob distintos pontos de observação e variáveis consideradas. Em geral, envolve: levantamento bibliográfico; documental e de campo com entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa se deram de forma sistematizada em base em análises de caráter descritivos atribuídos a observação do local de estudo, levantamento bibliográfico, que segundo Souza (2007), preocupa-se em obter dados através de fontes secundárias, tais como materiais publicados, livros, teses, revistas e outras publicações e dados da internet sobre a importância das análises da água para a vida. Como também capturas de imagens para elaboração dos estudos de entorno do açude.

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois lida com fontes e dados subjetivos. Parte da coleta dos dados foi feita a partir de entrevistas. Para Minayo (2001, apud DERROSSO, 2012, p. 66) “a pesquisa qualitativa é a que consegue transcrever o dinamismo da vida social e coletiva e seus significados, que são seu próprio fundamento, afinal, sem interpretação e significado, não há ação social”. Para o objeto de estudo que se pretende analisar, a pesquisa qualitativa foi considerada a mais adequada, pois pretendemos entender as vivências camponesas da comunidade Ribeiro a partir de seus moradores.

As informações de pesquisa de campo serviram de subsídio à interpretação das formas encontradas pela comunidade para que permaneçam camponeses e (re)existam como

comunidade negra e, servirão de subsídio ao tratamento da temática em apreço, produzindo um trabalho monográfico que trará contribuições à história da comunidade, assim como a produção científica na área das ciências humanas e da história das pessoas negras e, da possibilidade de reconhecimento dessa comunidade como quilombo com a presença de afrodescendentes, no Estado de Paraíba.

A pesquisa esta dividida em três capítulos sendo o primeiro introdutorio; o segundo capítulo fazemos uma abordagem sobre o Sertão Paraibano e seu processo de ocupação e formação territorial, o terceiro capítulo retrata a presença negra no município de Monte Horebe a partir da presença da Comunidade Ribeiro; além das considerações finais.

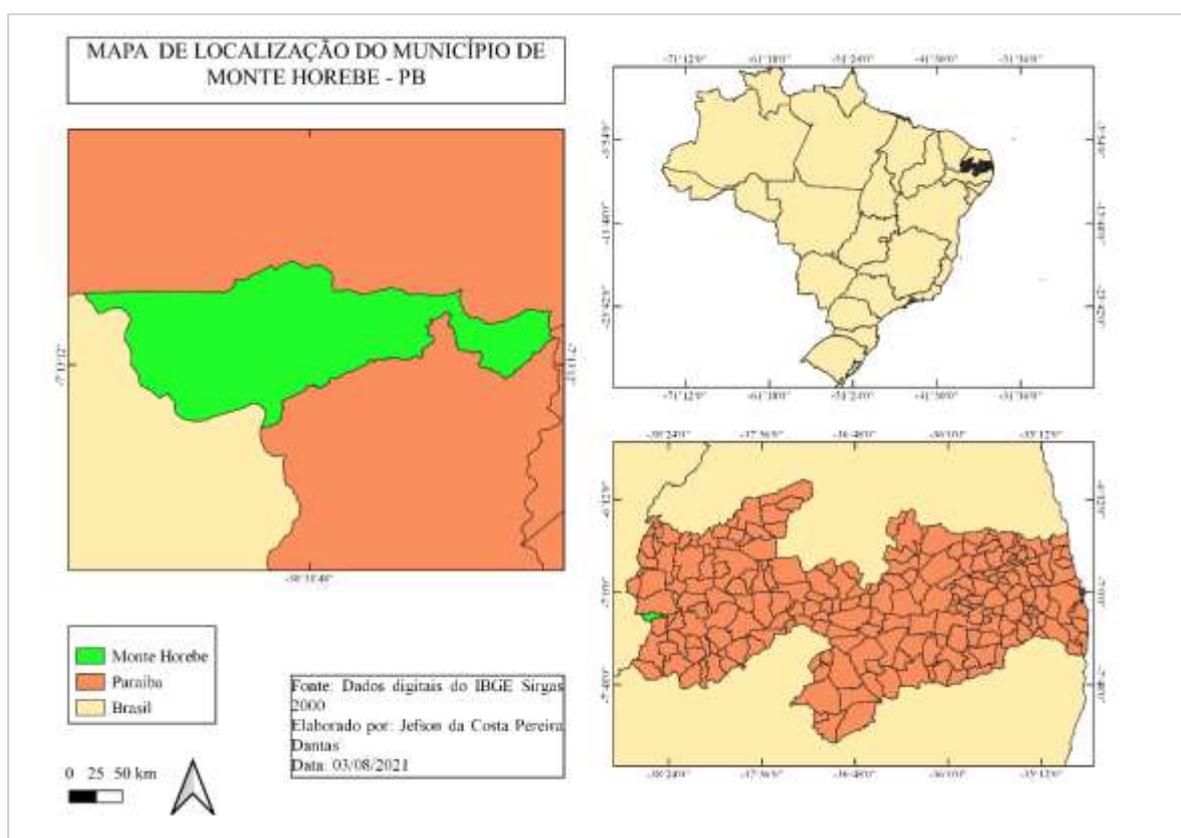
2. O MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE E A COMUNIDADE RIBEIRO:

CARACTERIZAÇÃO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL

Neste item faremos uma abordagem sobre a localização do município de Monte Horebe e do acesso a terra na Comunidade Ribeiro e como se dá a organização social e histórica dessa comunidade dentro do contexto atual; como é o vínculo de sua população com seu território, como esse vínculo contribui para construção social e de suas (re)existências no município.

O município de Monte Horebe, Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, Paraíba (Figura 1). Conforme o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE: 2010), o município de Monte Horebe se estende por 116,2 km² e conta com 4.816 habitantes. A densidade demográfica é de 41,5 habitantes por km² no território do município.

Figura 01: Mapa de Localização do Município de Monte Horebe-PB.

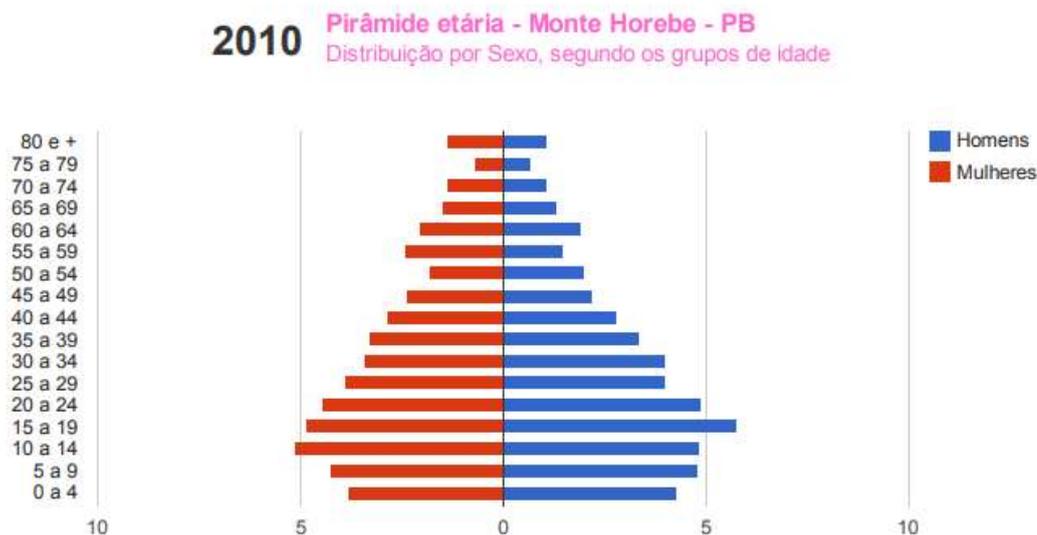


Fonte: IBGE: 2000.

Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 95,42% para 76,18%. Entre 2000 e 2010, essa razão passou de 76,18% para 56,85%. Já o Índice de Envelhecimento evoluiu de 7,80% para 8,93%, entre 1991 a 2000, seguido de 8,93% para 9,14%, entre 2000 e 2010 (IBGE:

2010) (Figura 2).

Figura 2: Pirâmide etária por sexo, segundo os grupos de idade, do município do município de Monte Horebe-PB.



Fonte: IBGE: 2010.

O município de Monte Horebe-PB tem como municípios fronteiriços: a Leste (E), município de Serra Grande-PB; a Oeste (W), Barro, Ceará; ao Sul (S), Bonito de Santa Fé-PB; ao Norte (N), São José de Piranhas-PB. Situa-se a 13 km no sentido Sul-Oeste em relação ao município de São José de Piranhas-PB, cuja sede representa a maior cidade nos arredores. Sua altitude é de 693 metros, tendo as seguintes Coordenadas Geográficas: Latitude: 7° 12' 46" S; Longitude: 38° 34' 31" W.

No referido município encontram-se inúmeras comunidades camponesas, dentre elas, a Comunidade Ribeiro, a qual intencionamos conhecer e realizamos a pesquisa resultante neste trabalho monográfico.

A Comunidade Ribeiro está situada nesse município e tem sua composição por 25 famílias de um mesmo tronco familiar. Segundo o Entrevistado 4, filho do membro mais antigo da Comunidade, -“meu pai casou e fez sua casa nos filhos fomos fazendo as suas ao redor da sua casa e a partir daí foi se fazendo a comunidade”. A comunidade também é conhecida por muitas pessoas do município por alguns nomes como Ribeiro e João Velho. Os próprios moradores chamam-na de Ribeiro e pessoas externas à comunidade chamam-na de quilombo.

A partir das observações realizadas e dos relatos dos comunitários, a origem na Comunidade Ribeiro se deu:

Através de um jovem que veio morar a mais de 90 anos (1940) da cidade de Tacaratu no estado do Pernambuco, veio para trabalhar como vaqueiro para

um fazendeiro da cidade daquela época, onde se casou e comprou uma pequena quantidade de terra para morar teve 16 filhos, sendo 6 homens e 10 mulheres os filhos foram se casando e fazendo sua casa ao redor da casa de seu pai formando assim a comunidade até hoje, passada de geração em geração. A comunidade é formada por uma única família, sendo composto por 25 famílias. (Entrevistado 01).

A Comunidade é reconhecida localmente como quilombola, mas não possui reconhecimento oficial perante os órgãos públicos, conforme se pode ver nos registros da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e, da Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ/PB).

3. O TERRITÓRIO, A TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE RIBEIRO E A LUTA PARA PERMANECER NA TERRA COMO NEGROS

A territorialidade e o território se inter-relacionam, assim como a identidade faz parte dessa relação, uma vez que, um elemento depende do outro para existir. O território, na maioria das vezes é demarcado pela posse ou domínio humano e/ou animal, a forma como são fixados seus limites condizem muito com a condição cultural, econômica, religiosa e, até mesmo política. Assim como o significado de territorialidade, lugar significa “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (ESCOBAR, 2005: 233).

Sobre as comunidades quilombolas e sua relação com o território, segundo Gabriela Rocha (2010)

Cada comunidade tem sua própria história, cada território atravessou as transformações que lhe determinavam as contingências. O ponto coincidente entre todas elas é a existência de fronteiras étnicas, as quais determinam o percurso dos grupos pela maneira como eles resistem e respondem aos consecutivos desafios. O reconhecimento do valor cultural de territórios tradicionais possibilita a regularização das terras como forma de valorizar a autonomia do grupo. Requer-se, portanto, retomar a cultura tradicional como um objeto de preservação que não está intacto à ação do tempo. Ao contrário, a identidade cultural é exatamente o elemento dinamizador, que vinculará as decisões sobre a destinação, o uso e as transformações do território à deliberação do principal sujeito implicado, qual seja, a comunidade quilombola (ROCHA, 2010, p. 35).

No contexto das Comunidades de Negros ou nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, território e identidade exercem influências mútuas, a identidade negra ou a identidade quilombola se constroem e reconstroem sempre vinculadas ao seu território, que é meio de reprodução material e imaterial onde existe um sentimento de pertencimento, pois são estas relações que dão base ao seu direito à terra. Segundo Haesbaert (2007, 39), o território é apreendido “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social numa relação espacial-temporal e sociedade-natureza”.

As três últimas décadas demarcam o histórico de reconhecimento das lutas dos povos reconhecendo as diferenças entre estes, assim como de suas identidades e territórios, os quais tem sua consolidação mediante o reconhecimento das comunidades negras, comunidades indígenas e quilombolas, sendo este último termo, uma identidade atribuída pelo Estado. Assim, surgem vários movimentos em defesa dos direitos dessas comunidades, cuja visibilidade se dá, especialmente pela criação de políticas públicas de reconhecimento desses povos e de seus territórios, principalmente no que se referem à designação coletiva das denominações pelas

quais esses grupos se autodefinem. Dessa forma, o fortalecimento e as manifestações desses movimentos são importantes na consolidação de conquistas de direitos e, na superação dos entraves políticos e dos impasses burocrático-administrativos que permeiam as leis brasileiras.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2007), o reconhecimento de comunidades quilombolas, conforme a Portaria nº 98/2007, de 26 de novembro de 2007 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES: 2007), dispõe em seu Art. 2º, que se consideram

remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

Desde a Colonização os primeiros agrupamentos de escravos fugitivos eram denominados mocambos ou quilombos. No Brasil a definição de quilombo segue inicialmente através das Leis Coloniais, que o define como espaço de ilegalidade composta por escravos rebelados e fugitivos. Todavia vale salientar que nem toda fuga de escravos correspondia a um mocambo/quilombo, nem todos fugitivos planejavam ir para uma comunidade. Ainda que as Leis Coloniais tenham tratado o termo quilombo apenas como relacionado aos escravos fugitivos rebelados, que bastava ser formado com cinco escravos fugitivos em ranchos permanentes, segundo Gomes (2015), o fator da fuga muitas vezes estava atrelado a uma estratégia coletiva, muitos quilombos formaram-se rebeliões e muitas destas tornaram-se quilombos.

Ao se considerar a necessidade de conhecer a territorialidade e a cultura negra na Comunidade Ribeiro vemos a importância do reconhecimento, da valorização e manutenção da cultura negra, assim como de sua visibilidade na sociedade, especialmente no âmbito acadêmico, uma vez que se reconhecem como negros e possuem considerável visibilidade local como ‘os quilombolas’.

Tal proposta pretende contemplar elementos relacionados ao cotidiano das famílias da Comunidade Ribeiro, assim como as histórias e práticas desse grupo social nas atividades desenvolvidas na Comunidade.

Pesquisar comunidades negras e comunidades quilombolas, na atualidade, é tratar de um tema de grande relevância e amplitude de retorno do resultado de uma pesquisa para a sociedade como um todo. Isto devido à inserção do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT na Constituição Federal de 1988 (BRASIL: 1988), que possibilitou acesso à cidadania com a regularização fundiária para as comunidades quilombolas. A Fundação Cultural Palmares é responsável pela emissão do certificado de reconhecimento das comunidades quilombolas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -

INCRA se responsabiliza pela regularização fundiária do território.

Investigar acerca da existência e atuação desse povo no município de Monte Horebe-PB consolida a importância de uma pesquisa capaz de desvelar traços da inserção da população negra no Brasil, observando os fatores que influenciaram as formações dessas comunidades e de comunidades de quilombos no território nacional, e, localmente, conhecer a história dos remanescentes dessa Comunidade, fortemente marcada por características singulares relativas à cultura, a qual nos ajudam a compreender o desenvolvimento desse grupo em particular, bem como de sua presença no município de Monte Horebe-PB.

Assim, entendemos o necessário o aprofundamento na análise das questões relacionadas à cultura reproduzida por essa comunidade no município partindo de sua história de lutas, (re)existências e conquistas, as quais se expressam nas manifestações produzidas pela comunidade e que influenciam no processo de construção de identidades e de suas territorialidades, o que consubstanciará a construção deste trabalho monográfico.

Lutando fortemente contra suas condições estruturais econômicas, os remanescentes quilombolas sofreram duplamente a exclusão, especialmente pela ausência de direitos enquanto negros, pobres, e exclusão entre os pobres em decorrência da cor da pele e da sua cultura. Romper esse ciclo histórico de alijamento político, econômico, social e simbólico sem dúvida tem demandado muito esforço. A criação do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 criado no Governo Lula que regula o artigo 68 do ADCT, dispõe no Art. 2º as características necessárias para classificação das comunidades remanescentes de quilombo, foi extremamente importante para a vida dessas populações.

A Comunidade Ribeiro não é reconhecida oficialmente como quilombola, mas há alinhamentos que sugerem que haja mais estudos que investiguem a ancestralidade e as lutas por direitos humanos da referida Comunidade. Segundo o Entrevistado 02, a aproximadamente 15 anos uma vereadora do município de Monte Horebe-PB colocou um projeto de lei em votação na Câmara Municipal de interesse para o reconhecimento da Comunidade Ribeiro como quilombola, sendo aprovado na Câmara Municipal. Durante a pesquisa buscamos informações sobre este projeto, mas o mesmo não foi encontrado nos arquivos da Câmara.

O Entrevistado 02 afirma que a intenção partiu dessa Vereadora, mas não envolveu a Comunidade e que após a aprovação na Câmara, a referida Vereadora levou um pessoa da cidade de João Pessoa para uma conversa com a Comunidade Ribeiro, mas eles não aceitaram essa conversa, pois tinham receio de se envolver em questões políticas ou de servirem de instrumento para possíveis manobras políticas do poder local que pudesse beneficiar outrem e não reconhecer os direitos da referida Comunidade, assim como tiveram receio de

envolvimento com recurso financeiros. Ao perguntar sobre qual foi a entidade que participaria dessa conversa, eles não souberam informar, não se lembraram e demonstraram não gostar de tocar neste assunto.

Nas conversas realizadas durante a pesquisa os Entrevistados destacaram que eles não se reconhecem como quilombolas, mas sim, como negros e, dispõem de programas como aposentadorias, pensões, de programas voltados para a Agricultura Familiar e, do Programa Bolsa Família, mas não tem nenhum tipo de política pública voltada para o reconhecimento enquanto negros, pois ainda não se constituem como quilombo. Segundo Batista (2015) a comunidade que pretender reivindicar o título de remanescente de quilombo necessita atestar critérios de autoatribuição, trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência a opressão histórica.

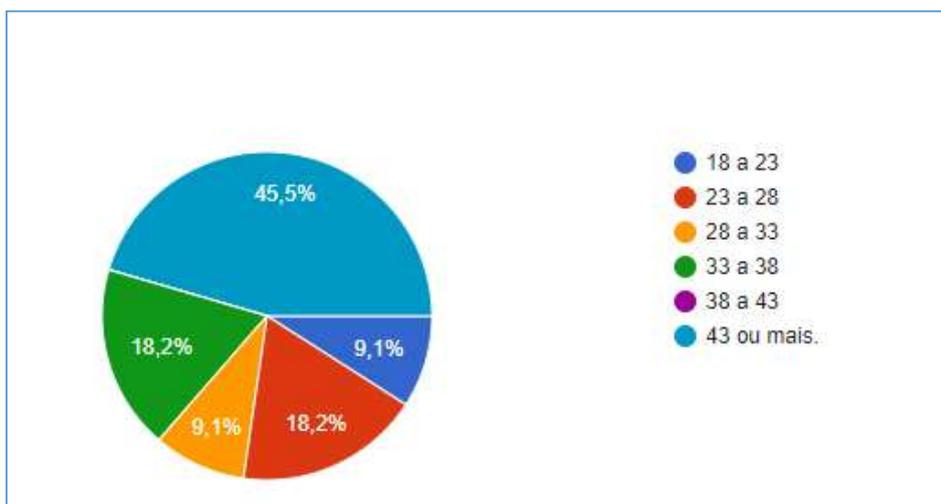
3.1. Agricultura familiar camponesa e luta pela permanência na terra na comunidade ribeiro

A agricultura camponesa tem resistido ao longo da história do Brasil, produzindo em pequenas áreas, com trabalho familiar, em busca contínua de autonomia tecnológica, produzindo para o mercado local e interno, tudo isso num sistema complexo e integrado de policultivos e de combinação entre produção animal e vegetal. A história da agricultura camponesa é a história da resistência camponesa. Mas não uma resistência puramente defensiva. É também a história de luta por autonomia e emancipação frente a contextos econômicos, políticos e ideológicos hostis à sua existência. Ensinos dessas histórias de luta permanecem invisibilizados por uma ciência hegemônica incapaz de captar os múltiplos benefícios socioambientais gerados pelas formas de organização técnica, social e econômica da agricultura.

A agricultura camponesa busca caminho próprio na sua viabilidade através do associativismo e do cooperativismo, produção para o autoconsumo familiar, economia solidária, industrialização, abastecimento do mercado interno, reconstruindo diversidade econômica; usando sementes, mudas e raças crioulas, biodiversidade vegetal e animal; construindo uma vigorosa base de sabedorias, conhecimentos e recursos tecnológicos orientados por modelos de produção ecológicos. Nesta perspectiva, a agroecologia torna-se uma ferramenta poderosa e estratégica para o País. As trajetórias de inovação agroecológica alinham-se às lutas camponesas ao se pautarem na construção da autonomia técnica e econômica e da emancipação social e política em relação às forças do mercado capitalista.

Para a pesquisa Foram entrevistadas 10 pessoas. Sendo, quatro homens e seis mulheres. Com relação à faixa etária dos participantes a maior parte tem entre 43 anos ou mais, os jovens da comunidade, em relação às famílias entrevistadas, correspondem a 9% que tem entre 18 ou 23 anos. Os moradores mais velhos relatam que os jovens chegam à maioridade e vão embora procurar emprego e acabam não voltando, o que expressa desenraizamento daquelas famílias, mas também expressam a possibilidade de continuidade da família no lugar, uma vez que recebem ajuda financeira dos que migram para a permanência na terra.

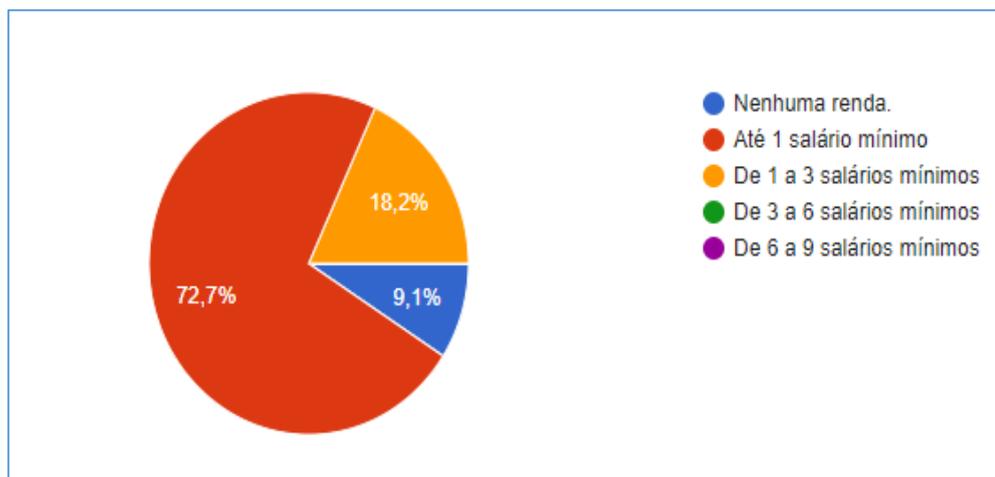
Gráfico 01: Faixa etária dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

A renda da comunidade baseia-se em atividades voltadas para agricultura de existência, que de fato quem tem uma renda fixa são os idosos, que recebem aposentadoria rural por idade, e as demais vivem do que produzem e de programas como Bolsa Família.

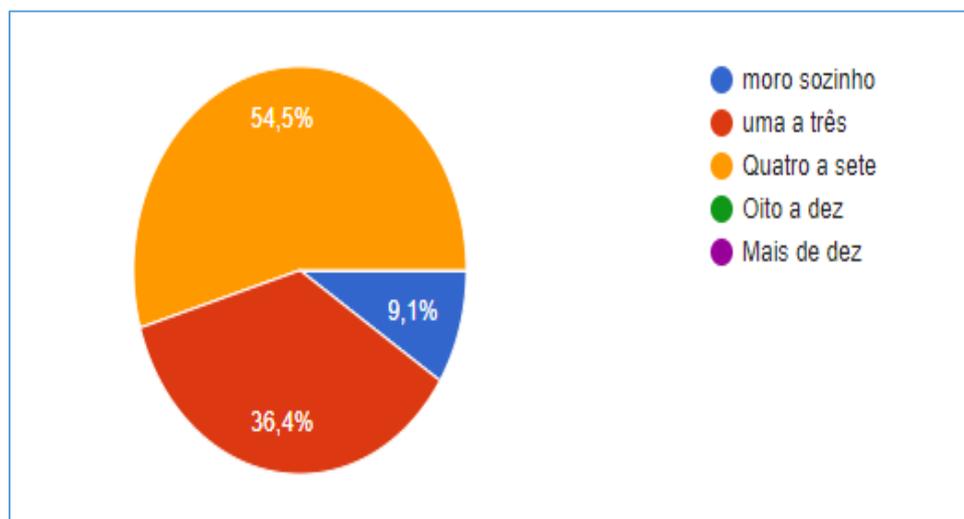
Gráfico 02: Renda (Salários Mínimos) dos Entrevistados.



Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

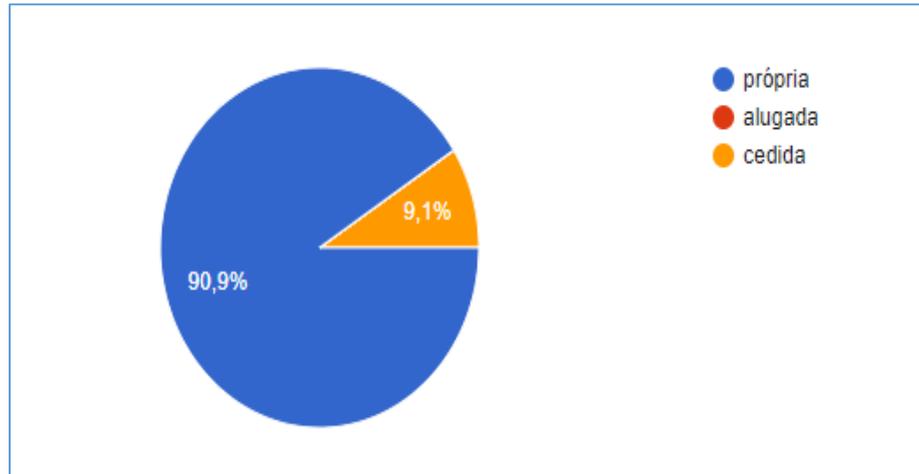
Quanto à composição familiar a maior parte das famílias é composta por até sete pessoas que vivem em residências simples e pequenas, algumas ainda com cômodos de taipa. Durante a entrevista os moradores não permitiram que fossem feitos registros fotográficos.

Gráfico 03: Situação de Composição Familiar.



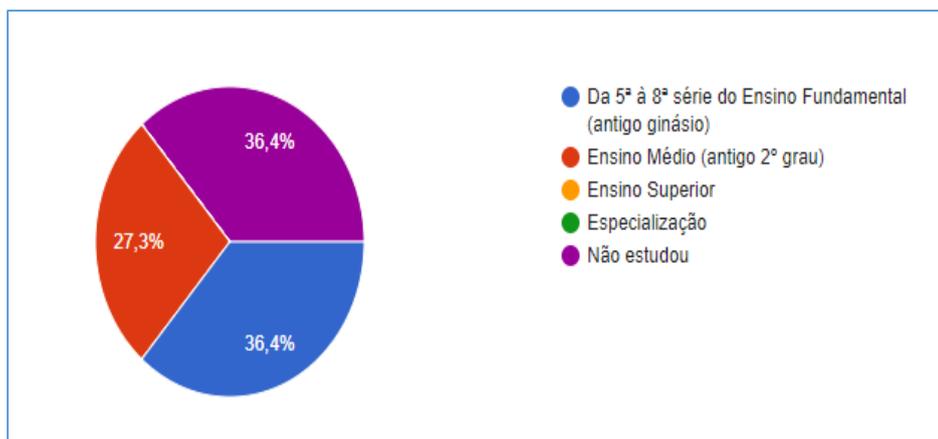
Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

Algumas pessoas da comunidade foram embora e deixaram às casas, a comunidade foi crescendo e essas casas foram cedidas para os membros mais jovens da comunidade. Algumas das primeiras construções hoje se encontram em ruínas. 90,9% vive em residência e lote próprio e 9,1%, em lotes e residência alugado.

Gráfico 04: Tipologia das Residências dos Entrevistados.

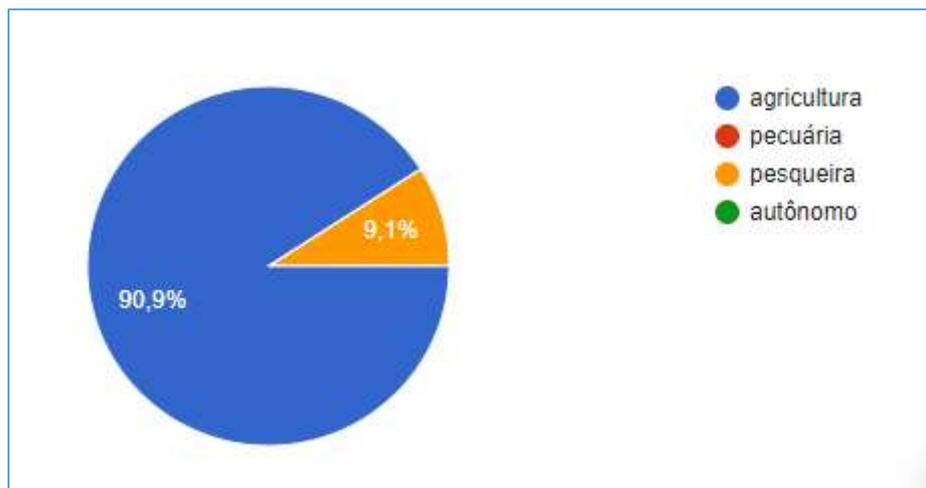
Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

Quanto ao nível de escolaridade 36,4% não teve acesso aos estudos, 36,4% está cursando ou cursou os Anos Finais do Ensino Fundamental e, 27,3% está cursando ou concluiu o Ensino Médio. Não há registros de pessoas com acesso ao Ensino Superior, mas os jovens entrevistados afirmam que tentarão o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos próximos anos.

Gráfico 05: Nível de Escolaridade dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

A maior parte da comunidade (90,9%) vive da agricultura, uma pequena parcela (9,1%), da atividade pesqueira, e essa parcela recebe um auxílio do Estado, o Seguro Defeso, em alguns períodos do ano podendo variar entre uma e quatro parcelas de R\$ 1.212,00.

Gráfico 06: Ocupação dos Entrevistados.

Fonte: Pesquisa Direta: 2022.

Alguns moradores chegaram à comunidade há cerca de 10 anos, mas ainda existe grande parte dos moradores que deram origem a comunidade a cerca de 75 anos. Há participantes que são netos ou filhos dos primeiros moradores da comunidade.

Todas as famílias vivem da agricultura principal fonte de renda, tendo algumas famílias representantes que viajam para o corte de cana de açúcar na região Sudeste e lá permanecem por períodos de cerca de oito meses.

Praticam a criação de animais e plantação de milho, feijão e outros legumes para o consumo próprio. A luta para permanecer na comunidade e por continuar camponês envolve a luta pelo acesso a água e, para tanto, dispõem de um poço artesiano que abastece a comunidade, não dispõem de saneamento básico, nem coleta de lixo. Os esgotos são à céu aberto, possuem fossa higiênica e alguns moradores incineram o lixo.

Todas as famílias entrevistadas são agricultoras familiares e pelo processo histórico de dificuldades enfrentadas pela comunidade eles relatam que não tiveram oportunidade de estudar, falam na vontade que tem de ter uma escola na comunidade, para que seus filhos e netos tenham escolhas diferentes das suas.

Os homens da comunidade se dedicam a atividades voltadas para a agricultura, e alguns trabalham alguns dias da semana em propriedades vizinhas mediante trabalho remunerado para assegurar a renda da família. Já as mulheres são domésticas, algumas praticam atividades como costura e bordado e venda de doces caseiros.

A comunidade não dispõe de escola tendo os estudantes que se deslocar para a cidade para estudar por meio de transporte escolar, do tipo ônibus que é disponibilizado pela Prefeitura

Municipal. A saúde na comunidade apresenta debilidade, pois apenas uma vez por mês recebem a visita dos médicos e equipe de saúde, em geral, quando visitam as pessoas doentes só que em período chuvosos eles ficam sem esses atendimentos porque a comunidade é compreendida como de difícil acesso, pois as estradas de acesso a comunidade se encontram em mal estado, a maneira mais fácil de chegar até a mesma é de moto.

CONSIDERAÇÕES

Os habitantes da zona urbana de Monte Horebe, apesar de reconhecerem a importância e contribuição dos negros da Comunidade Ribeiro, permanecem tendo atitudes de menosprezo em relação àqueles. Este sentimento de superioridade e de desprezo aos negros por parte dos habitantes da zona urbana não é um simples acaso, ele é resultado de anos de escravização e preconceito aos descendentes africanos.

Destacamos que uma das dificuldades encontradas pelas famílias da Comunidade Ribeiro está no acesso à comunidade, durante o inverno, quando as inundações ocorrem e as pontes são danificadas, eles ficam isolados, sem ter acesso às estradas. Dessa forma, a população é obrigada a esperar ao longo de anos para que as pontes sejam reconstruídas. Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar os trabalhos de renovação de uma ponte, bem como as consequências da falta de chuva na região.

Há urgência que organismos dedicados às questões quilombolas se unam no propósito de acelerar a titulação das comunidades identificadas e de outras ainda não identificadas, partindo do princípio de que o primeiro passo para a efetivação da titulação seja a valorização e construção da identidade, o que deve ocorrer não somente no interior do grupo, mas também em seu entorno. Os negros passarão a existir na medida em que se reconhecem e se assumem como tal e, também, quando forem reconhecidos, sobretudo por aqueles que efetivamente convivem com eles, mas especialmente pela efetivação de políticas públicas.

Sugerimos a continuidade de estudos acerca da Comunidade Ribeiro para que sejam ouvidos e reconhecidos em suas identidades, assim como que haja reconhecimento de seu território e de sua ancestralidade.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. **Jangwa Pana**, v. 8, n. 1, pág. 102-121, 2009.

BANAL, A. “A Via Crucis” das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In:

BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (org.). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. pp:18-43

BITTERN COURT, C. História do Brasil: Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed. 1ª reimpressão. São Paulo; Contexto, 2010.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: . Acesso em: 24 abr. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Principais ações**. Brasília: Ministério da cultura, 2019. Disponível em:. Acesso em: 22 jan. 2023

DAL OSTO MINUZZI, Cristiele; SCHIEMER VARGAS, Katiúscia; BORGES FILHO, Camila. CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS EMPREENDEDORAS: EM CENA OS FUTUROS ADMINISTRADORES. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**

DAL OSTO MINUZZI, Cristiele; SCHIEMER VARGAS, Katiúscia; BORGES FILHO, Camila. CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS EMPREENDEDORAS: EM CENA OS FUTUROS ADMINISTRADORES. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 1, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-42, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

ALTMANN, Walter. Censo IBGE 2010 e Religião (IBGE 2010 Census and Religion). **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p.

1122-1129, 2012.

IPEA, **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. V. 1 (jun.2000). Brasília, 2000

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul, Florianópolis**, v. 22, n. 43, pág. 55-76, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, p. 07-19, 2001.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de saúde pública**, v. 13, p. S21-S32, 1997.

PEREIRA, A. A. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, v. 1, p. 17-35, 2009.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

SCHUBERT, Janete; DILL, Diego Eduardo. Participação política e o empoderamento das comunidades remanescentes de quilombo no Maranhão: a experiência da comissão de articulação das comunidades quilombolas do município de Icatu. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, v. 1, 2015.

WANDERLEY, Cristiana VA et al. Evaluating sedimentation rates in the estuary and shelf region of the Paraíba do Sul River, Southeastern Brazil. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, v. 25, p. 50-64, 2014.

DERROSSO, Giuliano Silveira. **A influência dos movimentos sociais na reconfiguração das identidades: um estudo junto aos reassentados pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-PR**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

ROCHA, G, F, F; A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar», **e-cadernos CES** [Online], 2010.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS
PESSOAS DA
DA COMUNIDADE**

**Universidade Federal de Campina Grande –PB
Unidade Acadêmica de Geografia
Trabalho de Conclusão de Curso**

1. Qual a origem dos ancestrais (dos povos) da comunidade de Ribeiro?
Você se reconhece como quilombola?
2. Quais registros se sabem sobre a chegada dos primeiros moradores da comunidade de Ribeiro?
3. Quais as lutas para permanecer na comunidade Ribeiro?
4. Como se deu a constituição da comunidade Ribeiro?
5. Quais direitos são reconhecidos no âmbito da agricultura familiar na comunidade?
6. Quais políticas públicas os quilombolas tem direito e acessado no Ribeiro?
7. Como funciona a educação das crianças na comunidade?
8. E a saúde?
9. Existe sistema de esgoto as condições da água
10. Você se reconhece como preto ou como quilombola? Ou, como você se reconhece?
11. Quais elementos da cultura se destacam no Ribeiro?
12. O que significa ser preto e quilombola no município de Monte Horebe
13. Quais memórias você traz do povo do Ribeiro?
14. Qual o valor dado aos ancestrais da comunidade?
15. Como se manifestam as rezas na comunidade ou outras formas de religiosidades?
16. Quais saberes são passados de geração em geração?